

Perfis formativos e ocupacionais de Psicólogas/os, segundo a raça-etnia

Carlos Vinicius Gomes Melo. Universidade de São Paulo
Alessandro de Oliveira dos Santos. Universidade de São Paulo
Luiz Silva dos Santos. Universidade de São Paulo

Resumo

Trata-se de um estudo transversal do tipo descritivo exploratório que utilizou dados coletados por meio de um questionário fechado junto a 657 Psicólogas/os dos estados do Amazonas, Bahia e São Paulo. Partiu-se da hipótese de que o racismo como variável externa, ou seja, enquanto um organizador das relações étnico-raciais entre brancos/as e negros/as no país, exerce influência sobre as variáveis de formação e de ocupação das/os profissionais de psicologia. Os resultados mostraram que o racismo exerce tal influência, pois quando comparadas/os às/aos psicólogas/os negras/os, as/os brancas/os apresentam privilégios na formação, no nível de titulação, no tempo de experiência no mercado de trabalho, nas áreas e nos tipos de serviços da psicologia em que se empregam; além disso, atender pessoas também brancas, que por sua vez, estão alocadas nas faixas de renda mais elevadas.

Palavras-chave: psicólogos; raça; relações raciais; psicologia (Brasil); estatística descritiva.

Abstract

Training and occupational profiles of psychologists, according to race and ethnicity. This is a cross-sectional exploratory descriptive study that used data collected through a closed questionnaire with 657 psychologists in the states of Amazonas, Bahia and São Paulo. We started from the hypothesis that racism as an external variable, that is, as an organizer of ethnic-racial relations between white and black people in the country, influences the training and occupation variables of psychologists. The results showed that racism has a huge influence, because when compared to black psychologists, white people showed privileges in training, degrees level, time of experience in the labor market, in the areas and type of Psychology services that they work with; in addition, to serve white people as well, who are also positioned in the highest income ranges.

Keywords: psychologists; race; race relations; psychology (Brazil); descriptive statistics.

Resumen

Perfiles de formación y ocupación de psicólogos, según raza y etnia. Este es un estudio transversal del tipo descriptivo exploratorio que utilizó datos recopilados a través de un cuestionario cerrado con 657 psicólogos en los estados de Amazonas, Bahía y São Paulo. Partimos de la hipótesis de que el racismo como variable externa, es decir, como organizador de las relaciones étnico-raciales entre blancos y negros en el país, influye en las variables de formación y ocupación de los psicólogos. Los resultados mostraron que el racismo tiene mucha influencia, porque en comparación con los psicólogos negros, las personas blancas tienen privilegios en la capacitación, en el nivel de titulación, en la antigüedad de la experiencia en el mercado laboral, en las áreas y los tipos de servicio de psicología en los que trabajan; además, también sirven a las personas blancas, que a su vez están posicionadas en los niveles de ingresos más altos.

Palabras clave: psicólogos; raza; relaciones raciales; psicología (Brasil); estadísticas descriptivas.

A profissão de psicólogo/o foi regulamentada no Brasil em 27 de agosto de 1962, através da Lei 4.119. Mas foi somente com a implantação do Conselho Federal de Psicologia (CFP), em 1972, autarquia que regulamenta e fiscaliza a atuação profissional, que houve a consolidação da profissão no país, que atualmente reúne um total de 375.693 psicólogos/os (CFP, 2020).

Na década de 1980, refletindo o momento histórico brasileiro de construção de um sistema de garantias de direitos expresso pela Reforma Constitucional de 1988, ocorre maior direcionamento de psicólogas/os para os setores públicos de saúde, educação, assistência social, tribunais de justiça, entre outros (Cardoso Jr & Jaccoud, 2005). Isso fez com que, nas últimas décadas, muitos dessas/es profissionais passassem a trabalhar com populações economicamente desfavorecidas e não brancas das periferias dos centros urbanos e dos interiores dos estados.

Ao adentrar os setores públicos, as/os psicólogas/os se deparam com o distanciamento existente entre sua formação e as demandas da atuação profissional no novo contexto, tendo em vista que até então tal atuação estava voltada notadamente para o atendimento clínico individual, pouco acessível às populações economicamente desfavorecidas.

A formação dessas/es profissionais no país tem se caracterizado pela importação e adoção de teorias e métodos advindos de contextos relativamente distantes e fruto de realidades distintas daquela em que o Brasil foi construído enquanto nação. O trabalho nos setores públicos trouxe uma nova clientela, o que desafiou o arsenal teórico da psicologia clássica; e exigiu também o preparo das/os profissionais para lidar, em suas práticas, com a desigualdade persistente no país e a forma como ela se expressa na configuração das relações étnico-raciais entre brancos/as e negros/as (Maia, Santos, & Santos, 2018).

O fenômeno da escravidão no Brasil precisa ser tomado em consideração pelas/os psicólogas/os para compreender porque as condições de saúde, educação e trabalho são sempre menores e/ou piores entre os/as negros/as quando comparados aos/às brancos/as. Em nosso país, as formas de tratamento e o acesso às oportunidades obedecem a uma lógica de diferenciação e hierarquização estruturada a partir da raça-etnia (Heringer, 2002; Schucman, 2012), cujo racismo é a resultante.

O racismo no Brasil se configura como uma ideologia, uma estrutura e um processo, sendo um dos

principais organizadores da desigualdade material e simbólica vivida pela população negra no país. Ele é uma ideologia segundo a qual se pressupõe existir raças-etnias puras, umas superiores a outras, com características genéticas que são transmitidas hereditariamente e que determinam e são reconhecidas através da cor da pele, traços de inteligência e caráter e manifestações culturais (Munanga, 1996). O racismo é uma estrutura porque afeta a realidade objetiva e sua dinâmica social, política e econômica, atuando cotidianamente no estabelecimento daqueles/as que serão beneficiados/as, voluntária ou involuntariamente, ou prejudicados/as em relação ao exercício de direitos políticos, sociais e humanos (Silvério, 2002). Ele estrutura as condições e possibilidades de trabalho, de estudo, de vínculo (incluindo o casamento e amizades), de liberdade, de lugar onde morar, as formas de morrer (CFP, 2017). O racismo é um processo porque é dinâmico, capaz de transformar-se, histórica e contextualmente, em produções que se efetivam nas relações interpessoais na vida cotidiana.

Ao longo dos séculos o racismo tem sido utilizado para justificar diferentes formas de opressão e a manutenção da desigualdade e de privilégios. Trata-se, portanto, de um fenômeno que produz sofrimento, além de justificativas naturalizantes das injustiças sociais.

A dimensão individual do racismo é o preconceito étnico-racial, ou seja, atitudes afetivas negativas que levam a erros de julgamento a respeito de pessoas ou grupos de determinada raça-etnia e que não são facilmente modificáveis por apresentação de evidência contrária. Relaciona-se ao sistema de crenças estereotipadas sobre as raças-etnias que rege a normatividade social e, por conseguinte, os comportamentos individuais por via da aprendizagem e da conformidade. A dimensão social do racismo, por sua vez, é a discriminação étnico-racial, ou seja, toda distinção de tratamento, exclusão ou restrição de circulação nos espaços baseada na raça-etnia e capaz de pôr em risco as liberdades fundamentais e os direitos civis (Rodrigues, Assmar, & Jablonski, 2015; A. O. Santos, 2012).

No Brasil, desde o fim da escravidão a população negra tem ocupado os extratos sociais mais baixos da sociedade, encontrando-se em situação de maior vulnerabilidade social, sendo, por isso mesmo, aquela que mais acessa os serviços públicos. Os afetos, julgamentos e comportamentos das/os profissionais desses serviços, aliados à cultura institucional de onde trabalham, são determinantes para a sustentação e reprodução ou não do racismo.

Este estudo investigou os perfis formativos e ocupacionais de psicólogos/os segundo a raça-etnia. Partiu-se da hipótese de que o racismo como variável externa, ou seja, enquanto um organizador das relações étnico-raciais entre brancos/as e negros/as no país, exerce influência sobre as variáveis de formação e de ocupação das/os profissionais de psicologia.

Método

Trata-se de um estudo transversal do tipo descritivo exploratório que utilizou dados coletados por meio de um questionário fechado subdividido em três seções. A primeira seção reunia questões sobre o perfil sociodemográfico da/o respondente, tais como idade, raça-etnia, gênero e unidade federativa (UF) de residência. A segunda seção investigava variáveis do perfil formativo, como a Instituição de Ensino Superior (IES) de graduação e o último nível de titulação. Por fim, a terceira seção, reunia questões sobre o perfil ocupacional, como, por exemplo, a principal área de atuação, o tempo de atuação e as características de raça-etnia e de renda da população atendida. Na última seção do questionário foram incluídas também questões com respostas do tipo *Likert*, onde a/o respondente especificava seu nível de concordância sobre determinada afirmação, numa escala de pontuação numérica onde "01" correspondia a "nunca" e "05", a "sempre".

O questionário foi hospedado na plataforma online SurveyMonkey e sua divulgação foi feita por meio de entidades de psicologia, tanto de âmbito nacional quanto regionais, que divulgaram o *link* de acesso ao questionário em listas de e-mail das/os profissionais cadastradas/os. Também foi feito impulsionamento da postagem do *link* de acesso ao questionário na rede social Facebook e compartilhamento do *link* diretamente no e-mail e *WhatsApp* de psicólogos/os.

A coleta de dados ocorreu entre 01 de agosto de 2017 e 30 de julho de 2018 e contabilizou 657 questionários válidos nos três estados investigados: Amazonas, Bahia e São Paulo. O estado do Amazonas foi selecionado para aplicação do questionário por concentrar, em termos de proporção absoluta, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a maior população autodeclarada indígena do país, perfazendo quase 5% da população do estado, e também pelo fato de 73% da população do Amazonas se autodeclarar negra (IBGE, 2010). Além disso, o Amazonas é o estado da região Norte com mais profissionais cadastradas/os,

4.977 psicólogos/os, no Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região que reúne Acre, Roraima, Rondônia e Amazonas (CFP, 2020). O estado da Bahia, por sua vez, foi selecionado por concentrar a maior proporção relativa de negros/as dentre os estados da federação, ou seja, 76% da sua população (IBGE, 2010). Além disso, a Bahia é o estado da região Nordeste com mais profissionais cadastradas/os, 17.097 psicólogos/os, no Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região (CFP, 2020). Por fim, o estado de São Paulo foi selecionado por concentrar em termos de proporção absoluta a maior população autodeclarada preta e parda (ou seja, negra, conforme o IBGE) entre os estados do Sudeste, perfazendo quase 53% da sua população (IBGE, 2010). Ademais, São Paulo reúne o maior número de profissionais cadastradas/os do Brasil, 109.534 psicólogos/os, no Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (CFP, 2020).

A coleta de dados foi realizada mediante aprovação de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pela/o respondente. O estudo foi submetido e aprovado em Comitê de Ética de Pesquisa, recebendo o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAEE) número: 14696413.9.0000.5561.

Para análise dos dados coletados foram utilizadas técnicas de análise descritiva, como, por exemplo, medidas de tendência central e dispersão. Também foi feito o teste de associação entre variáveis categoriais empregando a técnica de Tabela de Referência Cruzada, na qual a associação entre as variáveis categóricas é atestada tanto pelo nível de significância quanto pelo valor residual. Segundo Field (2009), o resíduo apresenta a contagem acima ou abaixo do valor esperado pelo cálculo estatístico. Além disso, para o teste de variáveis categóricas com variáveis numéricas foi aplicada a técnica do Teste *t* de Amostra Independente. Em todos os exames de associação entre as variáveis, a relevância estatística adotada seguiu o intervalo de confiança de 95% com nível de significância de 5% ($p < 0,05$). Em função dos baixos percentuais de indígenas e amarelas/os optou-se por priorizar as análises estatísticas da variável raça-etnia utilizando os dados das/os respondentes autodeclaradas/os brancas/os e pretas/os e pardas/os (negras/os).

Resultados

A Tabela 1 apresenta as características gerais da amostra por distribuição (%), frequência absoluta (*N*).

Tabela 1. Distribuição e frequência de dados gerais da amostra

	N	%
Idade		
24 a 29	138	21,0
30 a 34	159	24,2
35 a 39	139	21,2
40 a 49	111	16,9
50 a 59	84	12,8
60 acima	26	04,0
Total	657	100
Gênero		
Feminino	523	79,6
Masculino	131	19,9
Não binário	03	00,5
Total	657	100
Raça-etnia		
Branca	306	46,6
Parda	217	33,0
Preta	118	18,0
Amarela	15	02,3
Indígena	01	00,2
Total	657	100
IES		
Pagas	463	70,5
Públicas	184	28
Outras	10	1,5
Total	657	100
Titulação Máxima		
Graduação	62	19,7
Especialização	394	49,8
Mestrado	158	24,0
Doutorado	43	06,5
Total	657	100
Faixas de tempo de atuação		
0 a 4 anos	228	228
5 a 9 anos	195	29,7
10 a 14 anos	112	17,0
15 anos ou mais	122	18,6
Total	657	100
Áreas de atuação*		
Saúde	428	65,1
Educação	312	47,5
Sociedade	265	40,3

continua...

Tabela 1. Continuação

	N	%
Tipos de serviço		
Pagos	340	51,8
Públicos	287	43,7
Outros	30	04,6
Total	657	100
Faixa socioeconômica atendida*		
Sem renda	168	25,60
Com auxílio governamental	262	39,90
Até R\$1.000	241	36,70
De R\$1.000 a R\$3.000	274	41,70
De R\$3.000 a R\$5.000	158	24,00
De R\$5.000 a R\$10.000	123	18,70
Acima de R\$10.000	75	11,40
Não sou capaz de descrever	119	18,10

Nota. Fonte de dados da pesquisa. *Possibilidade de assinalar mais de um item.

Entre as/os 657 respondentes do questionário, 51,29% (N = 337) residiam em São Paulo; 39,11% (N = 257), na Bahia; e 9,58% (N = 63), no Amazonas. A idade média das/os respondentes foi de 38 anos (M = 37,9; DP = 10,3), sendo que a maioria possui entre 30 e 34 anos. A proporção de mulheres que respondeu ao questionário foi maior do que a dos homens. Embora a maioria das/os respondentes tivesse se autodeclarado de raça-etnia branca, quando agrupados os percentuais de respondentes autodeclaradas/os pretas/os e pardas/os, a proporção de negras/os que responderam o questionário ficou ligeiramente maior, isto é, 51% (N = 335). O percentual de respondentes autodeclaradas/os indígenas foi de 2,3% (N = 15) e o de amarelas/os de 0,2% (N = 01).

A maior parte dos respondentes da amostra é egressa de IES Pagas, sendo, especificamente, 65,8% (N = 432) de Particulares/privadas; e 4,7% (N = 31) de Confessionais, comunitárias ou filantrópicas. Entre as/os respondentes formadas/os em IES Públicas, 18,3% (N = 120) cursaram “Pública Federal”; e 9,7% (N = 64), “Pública Estadual”. Predominam as/os respondentes com a titulação máxima de especialista.

As/os respondentes da amostra tem uma média de tempo de atuação em psicologia de 8,5 anos (M = 8,47; DP = 6,9). Contudo, como mostra a Tabela 1, a faixa de tempo mais prevalente é a de até quatro (04) anos na profissão. Quanto ao número de atuações

por profissional, verificou-se uma média ponderada aproximada de duas atuações (M = 1,78; DP = 0,84). As/os respondentes trabalham em maior proporção nas áreas de atuação do Eixo da Saúde, com destaque para a Clínica. Sendo possível assinalar mais de uma atuação, no Eixo da Saúde incluem-se as áreas de Clínica (63,2%; N = 415), Hospitalar (6,7%; N = 44), Neuropsicologia (4,4%; N = 29) e Esporte (0,9%; N = 06). No Eixo da Educação, as atuações em Pesquisa (24,2%; N = 159), em Psicologia Educacional (18,6%; N = 122), em Docência em ensino superior (18,3%; N = 120) e em Docência em ensino médio (0,6%; N = 04). No Eixo de Sociedade estão as áreas relativas ao Social (23,3%; N = 153), Trabalho (9,6%; N = 63), Jurídica (5,6%; N = 37), Gestão Institucional (4,6%; N = 30), Trânsito (1,5%; N = 10), Comunicação Social (N = 0,8%; N = 05) e Fiscalização Institucional (0,5%; N = 03). Caso a/o respondente tivesse duas ou mais frentes de trabalho, ela/ele deveria escolher uma delas para detalhamento. Pouco mais da metade das/os respondentes optou por detalhar o trabalho em serviços psicológicos pagos, que englobam os serviços Autônomos (33%; N = 217) e os Privados (18,7%; N = 123). Os serviços públicos de atuação das/os respondentes incluem os Públicos Municipais (18,7%; N = 123), os Públicos Estaduais (11,4%; N = 75), os Públicos Federais (7,3%; N = 48), as Organizações Não Governamentais (ONGs) (4,6%; N = 30) e as Autarquias (1,7%; N = 11).

No que se refere ao acesso ao atendimento por faixa de renda, como mostra a Tabela 1, prevalece o segmento da população com renda mensal “de R\$1.000 a R\$3.000”, seguido pelas/os beneficiadas/os por algum tipo de auxílio governamental e por aquelas/es com renda “até R\$1.000”.

A Tabela 2 mostra as diferenças nos perfis formativos e ocupacionais de profissionais brancas/os e negras/os. No que diz respeito à formação, nota-se uma associação significativa entre a raça-etnia das/os profissionais, o perfil da IES formadora e o último nível de titulação obtido. As/os profissionais brancas/os estão associadas/os à formação em IES Públicas

Estaduais, enquanto as/os negras/os, em IES Públicas Federais, e em IES Particulares/Privadas. Diferentemente do que ocorre no Amazonas ($p = 0,471$) e na Bahia ($p = 0,743$), as/os profissionais brancas/os em São Paulo ($p = 0,029$) são mais formadas/os em IES Públicas Estaduais, em comparação ao que ocorre com as/os negras/os. Do total de formadas/os em IES de São Paulo, 82,4% ($N = 42$) são brancas/os e apenas 17,6% ($N = 09$) são negras/os. As/os profissionais brancas/os da amostra estão associadas/os à pós-graduação *stricto sensu*, ou seja, a obtenção dos títulos de mestrado e doutorado; enquanto as/os negras/os, à pós-graduação *lato sensu*, ou seja, a obtenção de título em nível de especialização.

Tabela 2. Perfis das formações e ocupações de profissionais brancas/os e negras/os

	P	Brancas/os			Negras/os			Total	
		N	%	Resíduo	N	%	Resíduo	N	%
IES									
Privada/Particular		191	45,5	-9,3	229	54,5	9,3	420	100
Pública Federal	<0,001	45	37,8	-11,8	74	62,2	11,8	119	100
Pública Estadual		47	77,0	17,9	14	23,0	-17,9	61	100
Confessional, etc.		18	58,1	3,2	13	41,9	-3,2	31	100
Pós-graduação									
Especialização		131	40,9	-22,6	189	59,1	22,6	320	100
Mestrado	0,001	80	58,0	13,8	58	42,0	-13,8	138	100
Doutorado		29	69,0	8,8	13	31,0	-8,8	42	100
Tempo de atuação									
0 a 4 anos		93	41,5	-13,9	131	58,5	13,9	224	100
5 a 9 anos	0,001	82	42,9	-9,2	109	57,1	9,2	191	100
10 a 14 anos		57	53,3	5,9	50	46,7	-5,9	107	100
15 a 25 anos		74	62,2	17,2	45	37,8	-17,2	119	100
Áreas de atuação									
Saúde		142	52,0	12,4	131	48,0	-12,4	273	100
Sociedade	<0,001	57	35,2	-19,9	105	64,8	19,9	162	100
Educação		75	52,8	7,6	67	47,2	-7,6	142	100
Tipo do Serviço									
Pagos	<0,001	184	55,4	25,3	148	44,6	-25,3	332	100
Públicos		108	38,7	-25,3	171	61,3	25,3	279	100

Nota. Fonte de dados da pesquisa.

Houve associações significativas entre a raça-etnia das/os profissionais e o tempo, as áreas de atuação e os tipos de serviços. Quanto ao tempo de atuação profissional, as/os psicólogas/os brancas/os estão associadas/os a uma atuação de 10 anos ou mais na psicologia, enquanto as/os negras/os a uma atuação de

até nove anos. As/os brancas/os estão associadas/os à atuação nas áreas dos Eixos de Saúde e de Educação. Em contrapartida, as/os negras/os, estão associados ao Eixo de Sociedade. As/os brancas/os empregam-se mais em serviços pagos pela população, em especial, no setor Autônomo (38,2%; $N = 117$) e no Privado (21,9%;

$N = 67$). Já as/os negras/os, em serviços públicos, com destaque para o Público Municipal (24,5%; $N = 82$) e as ONGs (6,9%; $N = 23$).

Os dados referentes ao atendimento da população conforme a raça-etnia indicam que as Pessoas Brancas ($M = 3,76$; $DP = 1,02$) são as mais atendidas nos serviços psicológicos onde as/os respondentes atuam. Em seguida, as Pessoas Negras ($M = 3,40$; $DP = 1,17$) e, em menor número as Pessoas Orientais ($M = 1,96$;

$DP = 0,92$) e as Pessoas Indígenas ($M = 1,60$; $DP = 0,82$). Notou-se uma associação significativa entre a raça-etnia das/os profissionais e a raça-etnia da população atendida. As/os psicólogas/os brancas/os atendem significativamente mais ($p = 0,001$) Pessoas Brancas em comparação a pessoas de outras raças-etnias. Enquanto as/os negras/os atendem mais ($p = 0,013$) Pessoas Negras, comparativamente a pessoas de outras raças-etnias.

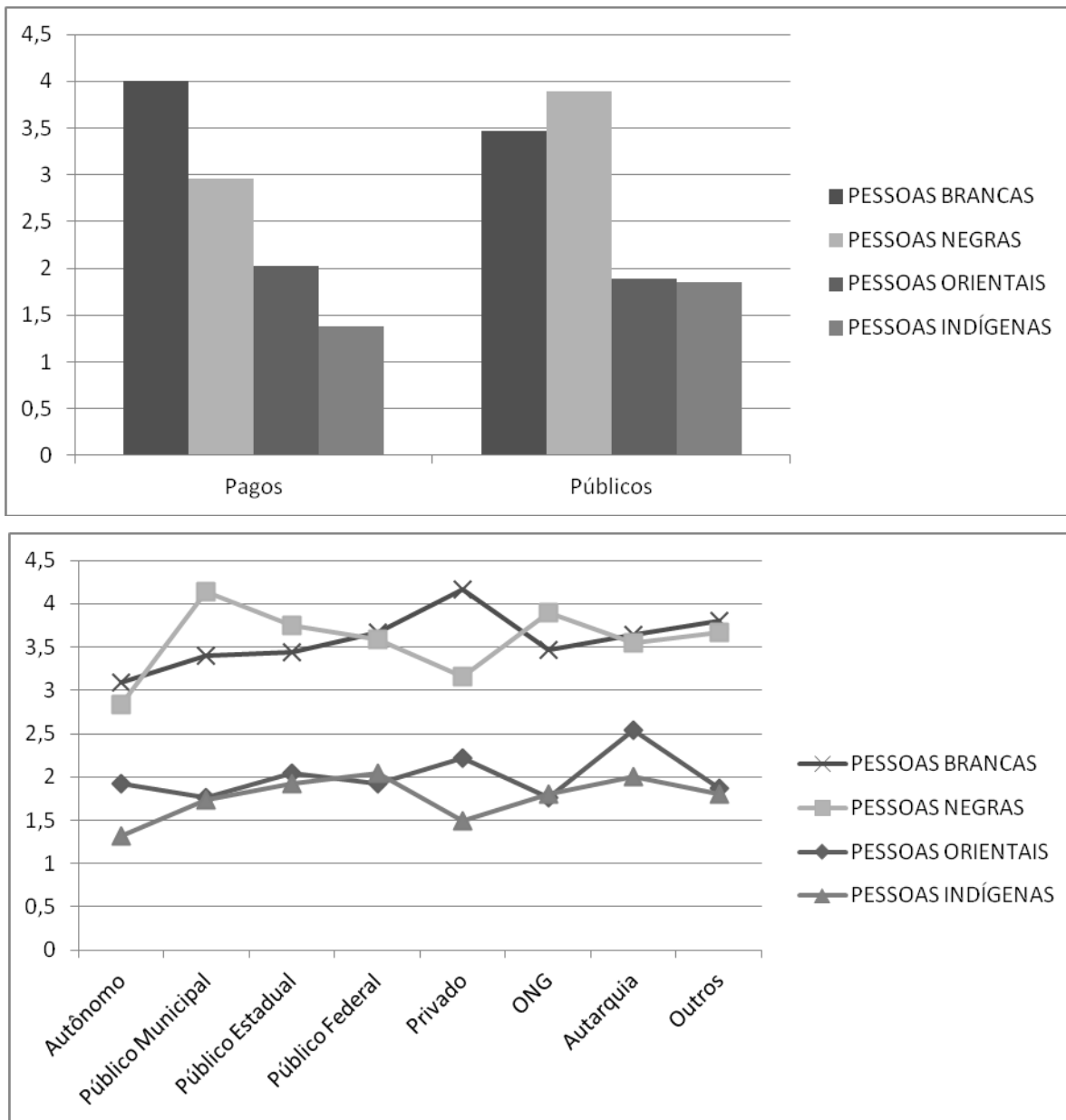


Figura 1. Médias de grupos étnico-raciais atendidos nos tipos de serviços psicológicos. Fonte de dados da pesquisa.

Evidenciaram-se também associações entre a raça-etnia da população e os perfis dos serviços psicológicos que utilizam, assim como entre raça-etnia e faixa de renda da população. Conforme a Figura 1, as/os respondentes do questionário atendem mais Pessoas Brancas ($p < 0,001$) nos serviços de psicologia pagos ($M = 4,00$; $DP = 0,94$) do que nos públicos ($M = 3,47$; $DP = 1,00$). Já as Pessoas Negras ($p < 0,001$) são atendidas de modo mais expressivo nos serviços públicos ($M = 3,89$; $DP = 1,08$) comparativamente aos serviços pagos ($M = 2,96$; $DP = 1,07$). Da mesma maneira, as Pessoas Indígenas ($p < 0,001$) são mais atendidas nos setores públicos ($M = 1,85$; $DP = 0,89$) do que nos pagos ($M = 1,38$; $DP = 0,68$). Apesar de Pessoas Orientais serem mais atendidas em serviços pagos ($M = 2,02$; $DP = 0,91$) do que em públicos ($M = 1,89$; $DP = 0,93$), não houve diferença significativa ($p = 0,067$). As Pessoas Brancas são significativamente mais atendidas

em serviços pagos em todos os estados, como observado no Amazonas ($p = 0,001$), na Bahia ($p < 0,001$) e em São Paulo ($p = 0,028$). Já as Pessoas Negras são mais atendidas em serviços públicos do que pagos nos estados da Bahia ($p < 0,001$) e de São Paulo ($p < 0,001$). As Pessoas Indígenas, por sua vez, são mais atendidas em serviços públicos na Bahia ($p < 0,001$) e em São Paulo ($p < 0,001$). Somente na Bahia as Pessoas Orientais são mais atendidas em serviços pagos do que em públicos ($p = 0,005$).

A Figura 2 apresenta as médias ponderadas da população atendida por raça-etnia e por faixa socioeconômica. As/os psicólogas/os atendem mais Pessoas Negras na faixa socioeconômica sem renda ou que necessita de auxílio governamental. Inversamente, quanto mais se eleva a renda, a partir de R\$1.000, predomina o atendimento de Pessoas Brancas.

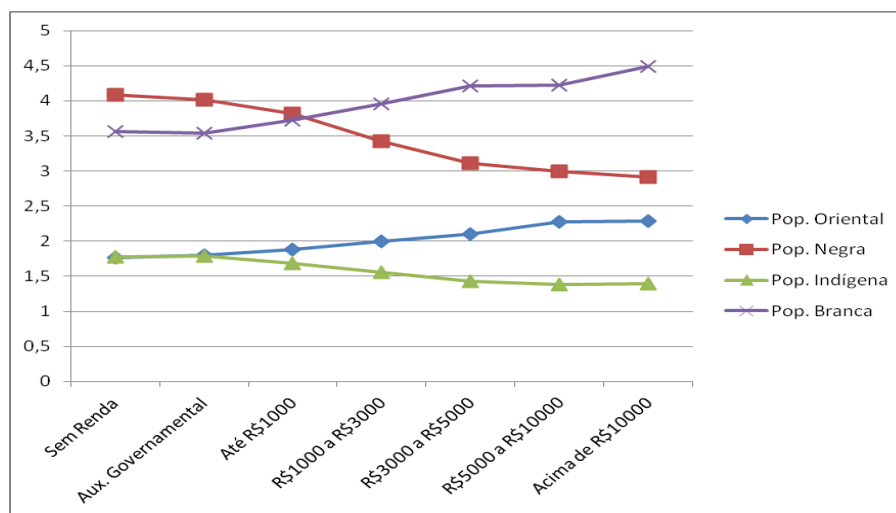


Figura 2. Grupos étnico-raciais atendidos por faixas socioeconômicas.

Fonte de dados da pesquisa.

Discussão

A análise dos dados das/os respondentes da amostra deste estudo evidencia similaridades com o estudo do CFP, organizado por Lhullier, Roslindo, e Moreira (2013). Intitulado “Quem são as psicólogas brasileiras”, tal pesquisa, de amplitude nacional, realizou 1.331 entrevistas com profissionais de psicologia. Os autores identificaram que 76% das/os profissionais tinham entre 30 e 59 anos, sendo que a maior parcela delas/es, 34%, se encontrava na faixa de 30 a 39 anos. As proporções por faixa de idade coincidem com as da

amostra deste estudo, no qual 75,1% ($N = 493$) das/os respondentes se situam entre 30 e 59 anos, sendo a maior parte na faixa etária entre 30 e 39 anos, 45,4% ($N = 298$). Segundo Lhullier et al. (2013), essa proporção não surpreende frente ao fato de que a maioria das/os profissionais se gradua a partir dos 22 anos. Além disso, também é preciso considerar a expansão dos cursos de graduação em Psicologia no país na última década.

A proporção de gênero da amostra de respondentes deste estudo, 79,6%, também não é discrepante da verificada por Lhullier et al. (2013) que contou com 89% de mulheres. Já a proporção relativa à raça-etnia

foi diferente dos dados da pesquisa dos autores que apresentaram 67% de respondentes brancas/os, 25% de pardas/os, 3% de pretas/os, 3% de amarelas/os e 1% de indígenas. O presente estudo teve uma proporção maior de profissionais negras/os (pretas/os e pardas/os) respondentes. Muito provavelmente, essa diferença deve-se ao apoio de divulgação do questionário em entidades de psicologia que reúnem profissionais negras/os como, por exemplo, a Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os. Além disso, mesmo que o título do questionário não fizesse referência ao tema das relações étnico-raciais, esse podia ser dividido na medida em que era colocado em tela por algumas variáveis da investigação, de maneira que é possível que um número maior de respondentes negras/os tenha se motivado a responder o questionário.

Tomando em consideração as análises expostas nos resultados, é possível afirmar que o racismo, como variável externa, ou seja, enquanto um organizador das relações étnico-raciais entre brancos/as e negros/as no país, exerce influência sobre as variáveis de formação e de ocupação das/os profissionais de psicologia.

Quando se investiga a associação entre a raça-etnia das/os profissionais e os perfis da IES onde se formaram, as/os profissionais brancas/os são predominantemente formadas/os em IES Públicas Estaduais e as/os negras/os, em IES Públicas Federais e em IES Particulares/Privadas. A proporção de respondentes negras/os com formação em IES Públicas Federais pode ser explicada pela implementação da Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, que estabelece reserva de vagas em instituições federais de ensino superior para egressos/as de escolas públicas de baixa renda, entre os quais, negros/as e indígenas. Por seu turno, Amaral e Parparelli (2019) explicam a prevalência das/os profissionais negras/os formadas/os por IES Particulares/privadas atribuindo-a a política de abrangência do Programa de Financiamento Estudantil (FIES), ampliado a partir de 2003, e ao Programa Universidade Para Todos (ProUni), sancionado em 2005.

São Paulo foi o único estado a apresentar desproporcionalidade de negras/os formadas/os em IES Públicas Estaduais, em comparação ao Amazonas e à Bahia. Isso porque, em 2003, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) já adotava a reserva de vagas, e em 2004, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), antes mesmo da Lei nº 12.711/2012. Também em 2004, a Universidade Estadual do Amazonas (UEA) adotou o sistema de reserva de vagas. Em São Paulo, tal processo

começa apenas uma década depois, em 2014, na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). Em 2018 é incorporado pela Universidade de São Paulo (USP), e em 2019, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (Guarnieri & Melo-Silva, 2017; Resolução nº 2894/2004; J. T. Santos & Queiroz, 2013).

Entretanto, a influência da reserva de vagas ou regime de cotas universitárias como ficou conhecido, é restrita à graduação. No que diz respeito à pós-graduação, a diferença entre respondentes negras/os e brancas/os quanto à titulação é significativa. Como se observa, as/os psicólogas/os brancas/os estão predominantemente associadas/os a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), enquanto as/os negras/os, à pós-graduação *lato sensu* (especialização). Tal dado corrobora a afirmação de Venturini (2017) de que a pós-graduação no Brasil é composta predominantemente por pessoas brancas. A partir da análise dos dados disponíveis na Plataforma Lattes do CNPq (Conselho Nacional de Ensino e Pesquisa), a autora constatou que 79,01% dos/as doutores/as são brancos/as, enquanto 3,05% são pretos/as, 15,29% são pardos/as e 0,42% são indígenas.

Como mostram os resultados do estudo, as/os psicólogas/os brancas/os estão associadas/os a uma atuação em psicologia de mais de 10 anos, enquanto as/os negras/os a uma atuação de no máximo nove anos. Essa diferença temporal entre brancas/os e negras/os coincide com as conclusões de curso das primeiras turmas de psicologia que foram beneficiadas pela reserva de vagas nas instituições federais e pelos programas de financiamento estudantil em IES Privadas/Particulares. Ambas as políticas nacionais levaram ao aumento da proporção de psicólogas/os negras/os formadas/os nos últimos anos.

Os resultados do estudo também evidenciam que as/os psicólogas/os negras/os trabalham majoritariamente em setores das políticas públicas, em especial em serviços públicos municipais e em ONGs de áreas do Eixo de Sociedade. Já as/aos profissionais brancas/os, atendem Pessoas Brancas em serviços pagos, dos tipos Autônomos e Privados, nas áreas dos Eixos de Saúde e de Educação. Segundo Pereira e Pereira Neto (2003), as áreas da Saúde e da Educação são as de maior prestígio e remuneração no Brasil, em especial, a área da clínica. Para os autores a identidade de classe da/o psicóloga/o, em geral, é definida pela área da clínica psicoterápica. Esse setor desperta interesse porque se considera o consultório particular como um ideal no que se refere

ao serviço de atendimento autônomo e privado em um mercado liberal.

Benedito (2018), manifesta sua preocupação quanto à hegemonia de pessoas brancas no exercício da clínica psicológica. Ao pesquisar sobre o racismo na prática profissional, a autora apresenta casos de psicólogas/os que negavam a existência desse fenômeno. Segundo a pesquisadora, na maioria das vezes, as/os profissionais não negras/os que atuam na clínica não conseguem compreender e lidar com os efeitos psicossociais do racismo nos atendimentos psicológicos, o que dificulta o diagnóstico e o tratamento dessa problemática quando trazida por usuários/as negros/as aos serviços. Para a autora, o racismo institucional na psicologia se manifesta como negação da sua existência pelas/os psicólogas/os. Ela ainda afirma que a alteração dessa realidade requer o reconhecimento, por parte das/os profissionais, do acúmulo de privilégios das pessoas brancas ao longo da história do Brasil.

No que se refere ao atendimento da população pelas/os psicólogas/os observou-se que à medida que a renda aumenta a população atendida pelas/os respondentes é branca, ou seja, verificou-se uma hegemonia de atendimento de pessoas brancas em serviços pagos em todos os estados investigados. O mesmo não ocorre em relação ao atendimento de pessoas de outras raças-etnias, visto que o acesso de pessoas negras e indígenas aos serviços psicológicos é feito predominantemente através dos serviços públicos.

Esse dado que combina o fator socioeconômico com a raça-etnia da população atendida está em conformidade com os indicadores do IBGE (2019) divulgados na publicação "Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira". Na análise dos números acerca do rendimento domiciliar *per capita*, evidenciam-se diferenças expressivas dos rendimentos de negros/as em relação aos/as brancos/as. No rendimento total das famílias em 2018, constata-se uma situação mais favorável aos/as brancos/as, pois 16,4% deles/as estavam entre os 10% com os maiores rendimentos, encontrando-se apenas 5,0 % da população negra na mesma classe de rendimentos. O inverso acontece entre os 10% com menores rendimentos, que abarcavam 13,5% da população negra diante de 5,5% da população branca. De um modo geral, os/as brasileiros/as negros/as tiveram rendimento médio domiciliar *per capita* de R\$ 934, diante do rendimento médio de R\$ 1.846 dos/as brancos/as.

Neste estudo, o privilégio de pessoas brancas sobre as negras se expressa principalmente na seletividade e na estratificação demonstradas nos resultados em relação aos serviços psicológicos oferecidos por profissionais brancas/os e negras/os e na população atendida.

Segundo Silvério (2002), sobre o pano de fundo histórico, político, econômico e cultural do Estado brasileiro, consolida-se a determinação estrutural do racismo em uma hierarquia de recursos. No caso deste estudo, trata-se de uma hierarquia que exerce influência entre as/os psicólogas/os, determinando graduações e pós-graduações distintas, da mesma forma que diferentes tempos de experiência, áreas de atuação e tipos de serviços onde trabalham.

Pode-se asseverar, decididamente, que duas das vias mais efetivas para mitigar a desigualdade na formação em psicologia são as cotas universitárias e os programas de financiamento estudantil, cujos efeitos já se verificam desde os dados da pesquisa. Todavia, além disso, para que a atuação da/o psicóloga/o não colabore para a manutenção do racismo, é fundamental que sua formação propicie um aprendizado que permita analisar criticamente e intervir sobre as formas de tratamento, o acesso às oportunidades e os sofrimentos vinculados à maneira hierárquica como se dá as relações étnico-raciais entre brancos/as e negros/as no país.

Os currículos dos cursos de graduação deveriam resultar de compromissos assumidos para com a sociedade brasileira. Além de disciplinas que tratam das relações étnico-raciais nos cursos de graduação, é importante desenvolver no currículo processos de ensino-aprendizagem que discutam com as experiências das/os estudantes a respeito desse tema (Padilha, 2004). Os estágios curriculares obrigatórios em equipamentos públicos, como, por exemplo, no SUS (Sistema Único de Saúde) ou SUAS (Sistema Único de Assistência Social), são importantes para as/os estudantes adquirirem experiência no trato das relações étnico-raciais.

No artigo "O papel do psicólogo", Martín-Baró (1997) afirma que o horizonte da psicologia deve ser a conscientização frente a alienação das pessoas e grupos, ao promover um saber crítico sobre si e sobre suas realidades.

Tal questão não deveria estar somente a revelia das intenções e motivações individuais de cada psicóloga/o, mas sim no efeito objetivo que a atividade desse profissional produz na sociedade, enquanto uma categoria de classe. Caso contrário, tornam-se cada vez

mais sólidas a constatação de que esses profissionais dedicam-se majoritariamente às parcelas mais ricas da sociedade, atendo-se a individualização das demandas trazidas pelas pessoas. É a imagem da/o psicóloga/o restrita/o ao modelo tradicional do atendimento individual, inclinado para o ajustamento do indivíduo às circunstâncias ambientais da sociedade moderna. Esse tipo de cultura vocacional naturaliza questões do contexto social à responsabilização de ordem individualizante. O que constrói um ideário que produz em grande parcela das/os psicólogas/os uma visão universalista de ser humano, que acredita ser prejudicial considerar a raça-etnia dos/as usuários/as dos seus serviços. Tal perspectiva traz consequências em especial para a atuação nos serviços públicos, visto que serve para a reprodução das estruturas sociais de poder e desigualdade.

No atendimento à população, cabe à/ao psicóloga/o fundamentar-se técnica e teoricamente para lidar com os sofrimentos provenientes do preconceito e discriminação étnico-racial. Minimamente, deve-se aplicar a escuta ampliada e sensível no acolhimento das pessoas alvo do racismo. Todavia, caso ainda não tenha a devida instrumentalização prévia ou adquirido as competências e habilidades para fazer o diagnóstico e a devida intervenção, persistirá uma condição de incerteza acerca da decisão necessária para a condução do problema. Fennell (2005) sustenta a diferença entre o “saber” e o “saber fazer” ante o sofrimento decorrente do racismo. Para a autora, a condição de incerteza da/o profissional, relativa à raça-etnia e também a discriminação faz com que seja influenciada/o por estereótipos, baseando-se em indicadores enviesados para organizar e processar informações e decidir por diagnósticos e tratamentos. Tais condições geram precariedade no acolhimento, na análise e na intervenção oferecidos à população não branca.

É tarefa das/os psicólogas/os brasileiras/os cumprir com o princípio fundamental da profissão expresso no seu Código de Ética Profissional (Resolução CFP nº 10/2005), de contribuir para eliminar quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão - todas essas características do racismo. Nesse sentido, faz-se necessário ampliar o comprometimento das/os profissionais de psicologia brancas/os no reconhecimento da sua identidade étnico-racial e admissão de seus privilégios econômicos, sociais e simbólicos. Do contrário, ao negar-se à postura crítica frente à suas práticas, as/os psicólogas/os perpetuam o silêncio sobre a violência do racismo e seus efeitos.

Conclusão

Com base nos achados do estudo é possível afirmar que o racismo exerce influência na formação e ocupação de psicólogas/os brancas/os e negras/os em todas as variáveis investigadas. Comparadas/os às/aos psicólogas/os negras/os, as/os brancas/os se formaram mais em IES públicas estaduais, em especial no estado de São Paulo onde estão a USP e a UNICAMP; possuem os níveis de titulação mais altos na pós-graduação; estão há mais tempo no mercado de trabalho; empregam-se nas áreas da psicologia de maior tradição e remuneração e prestam tipos de serviços psicológicos pagos pelos/as próprios/as usuários/as dos serviços. Além disso, atendem pessoas também brancas que, por sua vez, estão alocadas nas faixas de renda mais elevadas.

Desse modo, sugere-se a produção de conhecimento de modo a aprofundar como o tema das relações étnico-raciais é trabalhado e desenvolvido institucionalmente em cada tipo de serviço psicológico, em cada área de atuação e com cada população étnico-racial atendida. Também é importante conhecer como se dá a abordagem de trabalho desenvolvido por profissionais negras/os e por brancas/os sobre o tema, já que as/os mesmas/os apresentam perfis ocupacionais e formativos distintos.

Diante das disparidades encontradas, recomenda-se ainda o exame dos currículos formativos da profissão no sentido de construir conteúdos programáticos imbuídos pelo horizonte ético-político de atuação da/o psicólogo/a frente à desigualdade, a violência e a opressão. Além de desenvolver a escuta ampliada, a/o psicóloga deve trabalhar para o desenvolvimento de técnicas e tecnologias que qualifiquem a sua intervenção.

O presente estudo ofereceu um panorama de atuação das/os psicólogas/os no contexto das relações étnico-raciais. Espera-se que tais achados sirvam para as/os profissionais e entidades da psicologia com o intuito de auxiliar a elaboração de políticas, tecnologias e ações mais especializadas no enfrentamento do racismo e dos seus efeitos psicossociais.

Referências

- Amaral, M. M., & Paparelli, R. (2019). Desigualdade social: significações de prounistas do curso de Psicologia da PUC-SP. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 8(2), 156-166. doi: 10.17267/2317-3394rpdsv8i2.2318

- Benedito, M. S. (2018). *A Relação entre psicologia e racismo: as heranças da clínica psicológica* (Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo). doi: 10.11606/D.47.2018.tde-04092018-102726
- Cardoso Jr., J. C., & Jaccoud, L. (2005). Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In L. Jaccoud (Org.), *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo* (pp. 181-260). Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Conselho Federal de Psicologia. (2017). *Relações raciais: referências técnicas para atuação de Psicólogos/os*. Brasília, DF: Autor.
- Conselho Federal de Psicologia. (2020, 15 de julho). *A Psicologia brasileira apresentada em números*. Recuperado de <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>
- Fennell, M. L. (2005). Racial disparities in care: Looking beyond the clinical encounter. *Health Services Research*, 40(6), 1713-1721. doi: 10.1111%2Fj.1475-6773.2005.00489.x
- Field, A. (2009). *Descobrir a estatística usando SPSS* (2ª ed., L. Viali, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Guarnieri, F. V., & Melo-Silva, L. L. (2017). Cotas universitárias no Brasil: análise de uma década de produção científica. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(2), 183-193. doi: 10.1590/2175-3539201702121100
- Heringer, R. (2002). Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(suppl.), 57-65. doi: 10.1590/S0102-311X2002000700007
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). Tabela 1.2.1 - População residente, por cor ou raça, segundo o sexo, a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil - 2010. In *Censo Demográfico 2010 - Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência* (pp. 108-110). Recuperado de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). Padrão de vida e distribuição de renda. In *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* (pp. 47-76). Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>
- Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962 (1962, 27 de agosto). Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Lei nº 12.711, de 29 de agosto 2012 (2012, 29 de agosto). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Lhullier, L. A., Roslindo, J. J., & Moreira, R. A. L. C. (2013). *Quem são as psicólogas brasileiras: resultado preliminar da pesquisa 2012*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Maia, R. L. A.; Santos, A. O., & Santos, M. J. (2018). As relações étnico-raciais no cotidiano de Psicólogos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) da cidade de São Paulo. In R. Lerner (Org.), *Atualidades na investigação em Psicologia e Psicanálise* (1ª ed., pp. 33-50). São Paulo: Blucher.
- Martin-Baró, I. (1997). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2(1), 7-27. doi: 10.1590/S1413-294X1997000100002
- Munanga, K. (1996). Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos antiracistas no Brasil. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, 6, 17-24. doi: 10.20396/resgate.v5i6.8645505
- Padilha, P. R. (2004). *Currículo intertranscultural: novos itinerários para a educação*. São Paulo: Cortez.
- Pereira, F. M., & Pereira Neto, A. (2003). O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. *Psicologia em Estudo*, 8(2), 19-27. doi: 10.1590/S1413-73722003000200003
- Resolução n. 18* (2002, 02 de dezembro). Estabelece a atuação profissional sobre o preconceito e discriminação racial. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Resolução n. 2894* (2004, 31 de maio). Dispõe sobre as vagas oferecidas em concursos vestibulares pela Universidade do Estado do Amazonas e dá outras providências. Manaus, AM: Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.
- Resolução n. 10* (2005, 21 de julho). Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Rodrigues, A.; Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (2015). *Psicologia Social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Santos, A. O. (2012). Superar o racismo e promover a saúde da população negra: desafios para o trabalho de prevenção ao HIV/Aids no Brasil. In V. Paiva; J. R. Ayres, & C. M. Buchalla (Orgs.), *Vulnerabilidade e direitos humanos: prevenção e promoção da saúde. Da doença à cidadania* (1ª ed., Vol. 1, pp. 145-163). Curitiba: Juruá.
- Santos, J. T., & Queiroz, D. M. (2013). O impacto das cotas na Universidade Federal da Bahia (2004-2012). In J. T. Santos (Org.), *O impacto das cotas nas universidades brasileiras* (pp. 37-66). Salvador, BA: CEAQ.
- Schucman, L. V. (2012). *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana* (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo). doi: 10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521
- Silvério, V. R. (2002). Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 117, 219-246. doi: 10.1590/S0100-15742002000300012
- Venturini, A. C. (2017). Ações afirmativas para pós-graduação: desenho e desafios da política pública. In Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Org.), *Anais do 41º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*. Caxambu, MG: Autor. Recuperado de <https://anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/spg-4/spg27-1/11080-aco-es-afirmativas-para-pos-graduacao-desenho-e-desafios-da-politica-publica-1/file>

Carlos Vinicius Gomes Melo, Doutor em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), é Professor e Pesquisador em Estágio de Pós-doutorado no Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Endereço para correspondência: Rua Politeama de Baixo, 69, apto. 208. Bl. B. Telefone: (71) 991329113. Email: cvgmelo@usp.br ; cviniciusgm@gmail.com

Alessandro de Oliveira dos Santos, Livre-docente pela Universidade de São Paulo, é Professor da Universidade de São Paulo (USP). Email: alos@usp.br

Luiz Silva dos Santos, Doutor em Administração pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), é Técnico-estatístico da Universidade de São Paulo (USP). Email: luizsilvadossantos@usp.br

Recebido em 16.out.19
Revisado em 06.ago.20
Aceito em 01.set.21